

O SANTUÁRIO DE ARTE RUPESTRE DO VALE DO CÔA. DA POLÍTICA DOS ADIAMENTOS AO ESCÂNDALO DA DESINFORMAÇÃO*

por

Vítor Serrão**

Mau grado todas as vicissitudes ligadas às circunstâncias do seu achado, o acervo de petróglifos de arte pré-histórica a que se convencionou chamar o *Santuário de Arte Rupestre do Vale do Côa* não pode deixar de ser visto como a grande descoberta científica da História portuguesa recente. É incontestável a valia artística dos vastos conjuntos composicionais gravados há dezenas de milhar de anos que se distribuem, ao longo de dezassete quilómetros do rio Côa, nos afloramentos xistosos das suas margens, num percurso verdadeiramente excepcional de «arte de ar livre» datável da fase Solutrense-Magdalénense que, pela sua ancianidade e riqueza iconográfica, se impõe como um «*unicum*» no quadro da arte pré-histórica subsistente no planeta.

Perante esta fabulosa evidência, que coloca o nosso país no roteiro dos lugares mais expressivos da Europa com marca cultural do Paleolítico Superior, a única atitude consciente (e consequente) do Poder deveria ser a de potenciar todos os meios técnicos e humanos disponíveis para a salvaguarda desse espaço arqueológico e natural, fazendo parar de imediato as obras da barragem em curso, e movendo os passos legislativos para a classificação do sítio e para a sua consequente protecção.

Assim, caberia ao Estado português viabilizar — com o carácter de urgência que o assunto requer — as bases de uma Área de Paisagem Protegida, apta a congregar (como sucedeu em Val Camonica, com a equipa de Emmanuel Anati, e os resultados turísticos e científicos que se sabem) número considerável de postos de trabalho, na certeza de que um conjunto arqueológico como este será, durante muitas dezenas de anos, um laboratório vivo de métodos de pesquisas, de

* Publicado no jornal *Avante* de 14-09-95.

** Historiador de Arte.

escavações sistemáticas, de congressos regulares, etc., envolvendo toda a comunidade científica internacional.

Neste quadro, e quanto à EDP, como empresa responsável, caber-lhe-ia — ao invés de promover a desinformação, encomendando relatórios a geólogos fora da sua alçada de competência e, mais grave, divulgando-os sob forma incompleta e sensacionalista —, provar a oportunidade da construção de uma barragem no Côa: o que ainda não consta que tenha feito de forma irrecusável, quando se sabe até das ponderadas suspeitas sobre a inoportunidade do plano energético que advoga (ver Nuno Gomes da Silva, *Público*, 6-7-95).

Quanto ao IPPAR, entretanto, cumprir-lhe-ia dinamizar, com energias acrescidas e sem qualquer espécie de reservas ou de «conciliação» impossível entre gravuras e barragem (entendida sempre como grave desautorização da comunidade arqueológica nacional), o programa de estudo científico do santuário, fornecendo meios à equipa já designada para que avance no recenseamento dos xistos com composições gravadas e no estudo dos abrigos pintados da fase neolítica, e bem assim para as escavações em sítios da «entourage» do vale passíveis de fornecer dados de identificação cronológica mais precisos para o enquadramento sociocultural do conjunto.

Nove meses passados sobre a divulgação pública da descoberta, verifica-se que nenhuma destas linhas de conduta foi tomada a sério. Antes se moveram forças ocultas de obstaculização ao trabalho dos cientistas e de demagógica despromoção da descoberta — sempre em nome da incondicional construção da barragem, custe o que custar em termos de imagem exterior do País! Essas forças não se coíbem de recorrer a todos os meios para confundir a opinião pública: é o caso da forma sensacionalista como os relatórios dos geólogos Robert Bednarik, Ronald Dorn e Alan Watchman foram dados a conhecer (*Independente* de 7-7-95), sem informação prévia sobre os grandes limites dos métodos experimentais utilizados (o «optical stimulated luminescence» e a análise de microerosão) para se obterem datações directas, e sem um debate prévio que, ao menos, enquadrasse a possível falibilidade de resultados e a concatenação cruzada com outras metodologias recorrentes.

A falta de seriedade e o absurdo decorrentes do modo como tais relatórios foram impostos à opinião pública constitui, também, mais um sintoma de que o nosso país está ferido de doença incurável: de facto, Portugal vai perdendo a ritmo crescente a sua cidadania e a sua vitalidade de democracia participada e, com elas, a sua memória patrimonial e a sua corporalidade nacional. Depois, este esvaziamento identitário ocorre — brade-se! — com sorrisos de satisfação à mistura e «manifestações de alívio» (!) por parte de alguns políticos completamente irresponsáveis! Qualquer nação consciente e avisada não poderia deixar de considerar escandalosa a indiferença da sua estrutura governativa face a uma

descoberta como é o santuário paleolítico de Foz Côa. Aqui, porém, aproveita-se a arma da desinformação mais obsoleta e a demagogia mais podre para se atingirem fins inconfessáveis mas adivinháveis: em nome do economicismo, o depauperamento do traço patrimonial, base da identidade portuguesa!

A questão da cronologia é muito importante; ainda que as gravuras do Côa fossem, por hipótese académica, de data ligeiramente mais recente (como sucede com as 30.000 gravuras do santuário do vale do Tejo, que datam do Neolítico à Idade do Ferro, e foram submersas em 1974), a valia patrimonial do conjunto continuaria a recomendar, necessariamente, a devida protecção. A arte rupestre de Fratel — S. Romão (em cujos “levantamentos” aliás trabalhei em 1971-74) deveria servir de exemplo pertinente neste caso, por ser uma «história de insucesso da arqueologia portuguesa» em que os valores economicistas imperaram e em que, mais grave, o estudo arqueológico não se cumpriu dentro do limitado tempo que a construção da barragem do Fratel e demais circunstâncias impuseram. Também aí havia, de resto, «graffiti» de pastores, por vezes misturados com as próprias composições pré-históricas: por via disso, alguns pseudo-responsáveis de então chegaram a duvidar da ancianidade do acervo tagano (atribuindo-o mesmo, em delírio de interpretação, a obra dos trabalhadores que fizeram a instalação da via férrea!), até à definitiva identificação cronológica de Emmanuel Anati e demais comunidade arqueológica internacional...

De facto, no caso do Côa, qualquer estudioso minimamente informado sobre o tipo de representação artística gravada e pintada nos cerca de duzentos e cinquenta abrigos e grutas do Paleolítico Superior, identifica no desenho destes grandes animais associados (alguns deles desaparecidos da paisagem europeia depois da fase magdalense) a mesma identidade cultural, o mesmo «estilo», o testemunho de um mesmo mundo de referências. De resto, a técnica de gravação por desbaste de ponteiro pétreo, segundo o método que se designa por litostíctico, não deixa lugar a dúvidas quanto à sua ancianidade, e não permite confusões com os «grafitos» que ali também existem (um deles datado de 1948), abertos por ponção metálico e com patinações bem diferenciadas.

Quero com isto dizer que o **método de análise estilística** é o mais indicado e veraz nestas circunstâncias, ainda que a conjugar, sempre, com outros dados de interrelação, fruto de escavações «in situ» e de cotejos iconográficos.

Enquanto Historiador de Arte, também eu me movo, desde há muitos anos, num terreno científico que tem metodologias afins: utilizamos como primeira via de datação aproximativa a análise estilística da peça particular, cruzando-a depois com a contraprova documental, a análise de laboratório e a contextualização histórico-sociológica. Nesse âmbito, tenho procedido a centenas de datações de obras de arte portuguesa dos séculos XV a XVIII, as quais, posso garanti-lo, são maioritariamente confirmadas em fase ulterior pelo recurso a métodos laboratoriais e/ou

arquivísticos.

Assim, nem sequer imagino que possa ser desautorizada a aferição cronológica de, por exemplo, uma pintura considerada do século XV e do período gótico, por qualquer pseudo-*connoisseur* que venha a terreno afirmar que a dita peça é, afinal, do século XVII e do período barroco! A «cultura de totalidades» em que a Ciência Histórica se baseia, com recurso a paralelos fidedignos e ao entrelaçar dinâmico da pulsação histórica nas suas diversíssimas componentes, assegura sempre uma margem de aproximação fidedigna na datação estilística (e o mesmo se passa, ainda que com acrescidas dificuldades, no terreno da arte pré-histórica). É evidentemente impensável que alguém se alce com sobrançeria junto da comunidade científica — sem o perigo de incorrer em eterno descrédito — para contestar a datação de uma igreja românica do século XII considerando que, afinal, ela é barroca e do século XVIII(!), ou de uma obra como os Painéis de S. Vicente, de Nuno Gonçalves (indiscutivelmente de cerca de 1470, mais ano menos ano...), considerando-a, por exemplo, já do século XVI...

É o mesmo que se passa com a pseudo-datação das gravuras do Côa: ainda que os resultados dos métodos de termoluminescência utilizados pelos geólogos chamados pela EDP apontassem para datas entre 1.700 (!?) e um máximo de 6 a 8.000 anos (relatório Bednarik), nunca esses dados poderiam ser vistos fora da margem de erro das metodologias experimentais, e muito menos desenquadrados da análise estilística do conjunto, do seu cotejo com uma realidade franco-cantábrica que é hoje bem conhecida, etc., etc. O que é evidente (e bem impiedoso) é o descrédito científico em que tais estudiosos incorrem, assim como quantos, ao abrigo de estruturas confortáveis, deram aval a esta verdadeira fraude de desinformação e de antimemória nacional.

A questão, no fim de contas, é tão simples e tão evidente quanto às soluções que se perfilam no horizonte, as quais não podem deixar de ser, apenas, estas:

1) Que se decupliquem os meios ao dispor da equipa de arqueólogos e geólogos responsáveis pelo estudo do Côa (e que inclui técnicos altamente qualificados como António Martinho Baptista, Mário Varela Gomes, Vítor Oliveira Jorge, João Zilhão, Monge Soares, Mila Simões de Abreu, etc.), de modo a que o levantamento científico dos petróglifos e as sondagens do espaço abrangido pelo santuário possam ser cumpridos de maneira mais acelerada e eficiente;

2) Que as autoridades responsáveis do Poder promovam (de modo a que se repita o que sucedeu em 1974 no vale do Tejo) a candidatura do sítio a Património Mundial/UNESCO, delimitando-o enquanto Área de Paisagem Protegida como valor arqueológico e natural, estancando as destruições, já ocorridas, promovendo a reflorestação do vale e a instalação em regime de permanência (segundo o exemplo italiano de Vale Camonica) de um centro de investigação.

Nota final:

Este artigo, escrito em inícios de Julho aquando da saída na imprensa dos pseudo-relatórios sobre a cronologia das gravuras do vale do Côa que acima se analisam, não foi publicado no jornal a que se destinava.

Cumprre recordar que, entretanto, ocorreram três factos de significativa importância para a questão:

a) o Congresso Internacional de Arte Rupestre, em Turim, onde a excepcional validade dos petróglifos paleolíticos do Côa foi atestada pela comunidade científica;

b) a notícia das primeiras descobertas «contextuais» de objectos paleolíticos no leito do vale, atestado seguro da ancianidade vinte vezes milenária desse acervo artístico;

c) e a posição assumida pelo PCP, no seu Programa Eleitoral, com propostas concretas para a salvaguarda deste conjunto único do Património Cultural da Humanidade: «promoção urgente»... (p. 167) «da defesa do conjunto de arte rupestre do vale do Côa, promovendo a sua classificação como Património Mundial e criando um Parque Arqueológico e Natural que potencie o excepcional interesse do sítio como factor de desenvolvimento da região e projecção cultural do País».

É de referir que o PCP foi o único dos grandes partidos políticos nacionais a fazê-lo.